



TIBURI, Marcia.
*Como conversar com
um fascista*
São Paulo: Editora Record, 2015

Fábio Dantas Rocha¹

O livro de Marcia Tiburi, *Como conversar com um fascista* (CCCF) se constitui em leitura fundamental para os dias atuais. Mais do que um simples livro, é um ensaio pormenorizado sobre como o discurso autoritário que, manifestando-se como uma estrutura de poder e de produção de saber, vigora como um mecanismo norteador das relações políticas e sociais no Brasil. Seja no âmbito privado, seja no público, o autoritarismo se revela como um sistema de empobrecimento da linguagem, da comunicação, da troca de experiências entre os sujeitos.

A obra de Tiburi não segue a tradicional lógica acadêmica. A autora explica um tema filosófico para um público amplo com uma linguagem fluida. A estrutura do livro é uma espiral de ideias, são 67 itens que se sucedem, alargando e aprofundando a análise sobre os temas abordados. Um capítulo sempre agrega significado para o próximo e, sem que se perceba, chegamos em análises complexas sem que nos demos conta da leveza desse percurso. Como em todo texto de qualidade, este é um aspecto importante. O livro revela o fascismo de nossos dias e sua violência sem deixar de ser combativo. Ao contrário dos discursos monotemáticos dos autoritá-

rios, Márcia Tiburi nos propõe a prática do diálogo para o enfrentamento da barbárie. Ele “é uma prática de não violência” que “[...] surge quando o diálogo não entra em cena”².

Para a autora, a contraposição dessa prática é a atual etapa de empobrecimento político de nossa sociedade. Esse empobrecimento é um sintoma com que o tipo social fascista sofre. Valendo-se de práticas e de concepções de mundo que negam a existência do outro, o fascista sustenta suas certezas enquanto rompe com qualquer possibilidade de constituição de laços com o outro.

É por isso que o fascista e o fascismo são autoritários. Para eles, o “diálogo e participação coletiva em decisões são impensáveis” definem-se “pela imposição à força de leis”³ que só podem interessar aos que exercem o poder. O perigo do autoritarismo, portanto, está no fato de que ele não apenas se constitui como um regime político, mas como um regime de pensamento que tem influência sobre a ciência (ou negação dela), cultura e sobre a formação do senso comum.

Se pensarmos na concepção que Gramsci faz de *sociedade civil*, Tiburi nos ajuda a perceber como o regime de pensamento autoritário, disseminado entre os meios de comunicação, entre os poderes e no cotidiano, legitima um Estado que inibi qualquer movimento que o critique.

Temos visto que esse constrangimento pode ser fortalecido pelo aparelho coercitivo estatal. Basta lembrarmos como os professores do Paraná foram tratados pelo governo daquele estado, ou em como a polícia paulista tratou as manifestações estudantis de 2015. Mas o brilhante no texto de Tiburi é a demonstração de que o autoritarismo tem o seu poder para além do uso da força física. Sua eficácia está em sua *função ética* de equacionar as relações humanas. Orientando o cotidiano dos sujeitos pelo ódio ao outro, o autoritarismo midiático e elitista ajuda a forjar anseios, costumes e hábitos que moldam, por sua vez, o sentido de mundo que mulheres e homens enxergam. Eles exercem uma pressão no sentido da conformidade de tal modo que práticas antidemocráticas e fascistas são tidas como normais; bombardeados por denúncias sobre a falência do Estado, sancionamos tais práticas sem qualquer tipo de coerção.

É contra esse risco que o livro lança a sua pergunta. Como conversar com um fascista? Num tempo em que a política é vista como uma mera prática administrativa, são aclamadas soluções simples para problemas complexos. Os próprios problemas são transformados em questões burocráticas que não se conectam com demandas por direitos de sujeitos diferentes. São

tempos em que os argumentos contra cotas raciais, por exemplo, escamoteiam seus racismos por trás de apreciações tecnocráticas, que tentam demonstrar que se negras e negros não ocupam os assentos universitários é por conta de uma pretensa falta de mérito.

Desse modo, a persuasão autoritária transforma políticas afirmativas em injustiça. Inverte-se a ordem das coisas e, assim, proclamam a exclusão do branco dos ambientes acadêmicos. Ora, para os fascistas, seja os que pegam ônibus, ou os que frequentam gabinetes, a questão da equidade educacional não passa pela política, mas, sim, pelo mérito do estudante. Negando a importância da política, que é o constante debate entre diferentes, o sujeito autoritário nega o ponto de vista do outro, sua existência e suas distintas condições econômicas.

Para tanto, é preciso odiar o diverso. E esse ódio não é natural, é produzido pela “máquina de produzir fascistas”⁴ que são os meios de comunicação. Propagam o medo da violência, de crises econômicas e políticas, para, em seguida, apontarem os culpados que sempre são os que não podem ou não querem cumprir com as normas autoritárias. É nesse contexto que o ódio se instaura. Como todo tipo de afeto, ele também é contagioso, aprendido socialmente. Numa sociedade onde o ódio é mais experimentado que o amor – entendido como respeito ao outro – a paranoia se torna uma “condição social”⁵ que não cessa de ser manipulada pelos meios de comunicação.

Marcia Tiburi nos lembra que o ódio, como qualquer tipo de afeto, é criado e reelaborado constantemente pela linguagem. É neste ponto que a grande mídia ganha sua relevância. Pelo “bombardeio de imagens terríveis, como as que vemos na televisão”⁶, o ódio é fomentado em escala social, ninguém consegue escapar dele.

Do medo, produz-se o ódio ao outro, ao diferente, que é visto como uma ameaça ininterrupta à ordem. É assim que ele afeta a vida das pessoas, tornando-se num horizonte de compreensão de mundo. Christian Dunker, em 2014, nos alertava sobre os riscos de se viver em uma sociedade condominial, onde os sujeitos passam a viver entre os muros de sua existência, sem se interessar e também repudiando as vontades e interesses de um outro que é sempre perigoso e indeterminado. É um tipo de vivência que exacerba o sofrimento e que, mesmo assim, escamoteia-o na sensação de segurança que os condomínios, que os carros blindados, ou que as notícias jornalísticas, fabulam. Perdemos-nos uns dos outros, ao mesmo tempo em que nos perdemos das experiências com o outro.⁷

Sendo um ensaio, o texto de Tiburi junta importantes interpretações para montar sua linha argumentativa. Do início ao fim, Adorno perpassa sua análise em relação ao poder dos meios de comunicação para a manipulação da verdade em nossa sociedade. De tão manipulada, ela vem deixando de ser critério de legitimidade. Propagandas, seguindo moldes nazi-fascistas, repetem os jargões de interesses de uma elite, falseando a realidade.

A mentira, disseminada como verdade, aos poucos se torna real no cotidiano. Num piscar de olhos, pessoas se tornam donas de empresas sem ao menos terem vínculos com elas; ou Estados são golpeados com argumentos pautados no disse-me-disse. Para tanto, a mentira precisa ser legitimada na rotina popular. Somos nós que autenticamos aqueles jargões. É como nos diz Tiburi: vivemos a macropolítica entranhada na micropolítica do dia-a-dia.

Cuidando da genealogia do autoritarismo brasileiro, Tiburi usa Foucault para nos demonstrar como as estruturas de poder nos enredam em tramas difíceis de serem desfeitas. Podemos dizer que é nesse momento que a ideologia burguesa, como nos ensinou Marx⁸, tem sua manifestação mais evidente. O falseamento da realidade torna-se o eixo ordenador das atitudes e vidas dos sujeitos. Não é à toa que a autora, vale repetir, entende o fascismo para além da organização de um Estado, mas, sim, como uma lente de interpretação de mundo, como uma máquina de destruição do debate.

Mas, fugindo das foucaultianas teias de poder, Tiburi nos revela que a experiência cotidiana do diálogo é uma saída interessante para enfrentarmos o ódio. Se o fascismo é a negação da política, o exercício do diálogo, ao contrário, é a sua manutenção. Sabemos que o viver é político, que estamos rodeados pela política quando negociamos nossos desejos, nossas vontades com outros desejos e vontades. No tempo em que vivemos, dialogar é, em última instância, cuidar da existência de uma sociedade civil, onde diferentes interesses e sujeitos podem conviver, debater e construir novas visões de mundo.

Experimentar cotidianamente o diálogo é uma forma de enfrentar esse treinamento ao ódio. No entanto, “não o experimentamos na microfísica do cotidiano onde tanto poderia nos ser dito acerca de uma potência de transformação em termos macrofísicos. O diálogo entre o singular e o geral – entre o que somos (ou queremos ser) e o que nos rodeia – nos faria bem”⁹. É o diálogo que poderia colocar fim ao círculo vicioso, odioso e de vazio que é o pensamento fascista.

Por ser a prática da política, o diálogo tem o potencial de “perfuração de muros ideológicos” e, por isso, ele depende de uma resistência persistente que sempre enxergue no outro a capacidade de apresentar um novo mundo, novas alternativas de construção da democracia. É neste aspecto que o amor se mostra como antagonista do ódio. Pensando na teoria do afeto, Tiburi demonstra como estes perpassam os discursos dos sujeitos de nossa sociedade e, assim, pautados no processo de formulação da linguagem, mulheres e homens experimentam, tanto física quanto simbolicamente, os efeitos ocasionados pelo ódio.

Mas não se trata de uma simples oposição entre amor e ódio. “Não acabaremos com o ódio pregando o amor, mas agindo em nome de um diálogo que não apenas mostre que o ódio é impotente, mas que o torne impotente. O diálogo não é uma salvação, mas um experimento ao qual vale a pena somar esforços se o projeto político for coletivo”¹⁰. Desse modo, “precisamos começar a conversar de outro modo, mesmo que pareça impossível”¹¹; para acabar com o *ethos* do discurso fascista, somos obrigados a estabelecer uma conversa com o outro, cujo mote seja a noção de que fazemos parte de uma constelação de sujeitos que precisam ser ouvidos, entendidos e, só assim, acabaremos com a perspectiva unitarista e totalitária do fascismo.¹²

Esse é o desafio que devemos enfrentar contra o caráter manipulador da indústria cultural que nos atinge de sobremaneira. A sua ação não está restrita ao processo de formação do “analfabeto políticos”¹³. Sua índole fraudulenta tem um quê de antipolítico, afinal, ao desvalorizar posições opostas, inviabiliza o debate e suas sínteses. É isso o que caracteriza a constelação democrática ao totalitarismo. Marcia Tiburi nos lembra o tempo todo que o conhecimento democrático é aquele que surge do encontro das diferenças, em contraposição ao conhecimento autoritário, que as anula, querendo igualar todos os sujeitos. Como já vimos, para isso é preciso ter uma ideologia que nivele toda a sociedade sob um mesmo ponto de vista.

O diálogo é o exercício de dar importância à diferença. É, portanto, o exercício da democracia. Enquanto não nos dermos conta da importância do outro para a experiência subjetiva, continuaremos a perpetuar uma “cultura do assédio”¹⁴, que culpabiliza a vítima a todo momento. Não é por acaso que taxamos mulheres estupradas como vulgares, como pessoas que não cuidaram de sua segurança. Se não nos tornarmos capazes de sentir empatia com a torturada e com a violentada, não deixaremos de seguir as ordens de um “coronelismo intelectual”¹⁵ que nos é imposto pelo “consumismo da linguagem”¹⁶.

Mas isso não é obra só nossa, dos que vivem pelos ônibus, metrô e trens lotados. Existe também o “intelectual serviçal”, um laçao especializado “em assinar embaixo as verdades do senhor feudal”; que segue e consolida uma “cultura intelectual e jornalística” que não cessa de produzir idiotices para manipular o medo dos sujeitos¹⁷.

No entanto, Marcia Tiburi enxerga no “ato digital” a possibilidade de encontrarmos o “outro lado”. Não podemos esquecer que esse livro foi escrito em 2015, momento em que achávamos que as redes sociais poderiam transformar substancialmente as nossas formas de se relacionar. E, de fato, transformaram: o ato digital “é a nova forma de ato que substitui qualquer realização. Simulação é o nosso novo modo de ser”¹⁸.

Tiburi parece compreender os limites que a vida digital impõe à vida real. Deixamos de nos relacionar diretamente com o outro. No limite, o *Facebook*, o *Instagram* e outras redes sociais ampliam a existência dos condomínios. Os muros digitais demarcam nossos campos de ação. Nunca conversamos tanto sem ouvir o outro lado. As redes sociais vêm se tornando o terreno do senso comum, um círculo de cinismo e violência.

Ainda assim, ouvir o outro lado é a saída para o modo autoritário de concepção de mundo. E a autora parece acreditar que as redes sociais ainda podem servir como um “laboratório de alteridade”¹⁹, onde diferentes sujeitos podem se identificar com a dor do outro.

E é aqui que encontro o limite analítico da obra de Marcia Tiburi, mas, também, uma potencialidade interpretativa revolucionária. Como disse, datado de 2015, esse ensaio ainda entendia as redes sociais como uma extensão da sociedade civil, onde diferentes visões de mundo estavam em debate. Já discutimos muito sobre a restrição que os algoritmos da internet nos impõem. Sejamos da esquerda ou da direita, só nos comunicamos entre “iguais”, nossos argumentos pouco transcendem aos ciclos de nossos opositores políticos.

Mas, se entendo essa imprecisão na análise de Tiburi – imposta, é claro, pelo tempo que a autora escreve –, seria de uma injustiça negar a importância de tal ensaio. Se erra ao acreditar que campanhas políticas mais à esquerda possam ter sucesso via redes sociais, Marcia Tiburi nos revela a importância da linguagem para a disputa pela formação de um *ethos* interpretativo diferente. Somente no campo da linguagem começaremos a construir um lugar “entre nós”, um lugar que nos ligue, onde a verdade seja escancarada de maneira a combater o discurso fascista. Se é esse o tamanho da importância da linguagem, não devemos nos esquecer de edificar meca-

nismos contra-hegemônicos. A democratização dos meios de comunicação parece ser um importante passo para isso. No limite, fico com a impressão de que é disso que trata a obra *Como conversar com um fascista*.

NOTAS

1. Fábio Dantas Rocha é estudante de pós-graduação em História, pela Universidade Federal de São Paulo e bolsista FAPESP. Estuda temas relacionados ao período do pós-abolição brasileiro, assim como ao processo de abolição. Seus estudos também refletem sobre o processo de formação da Primeira República brasileira, além de discutirem o papel da urbanização na experiência da população pobre em grandes centros urbanos. Contato do autor: fabiodanrocha@gmail.com
2. TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. São Paulo: Editora Record, 2015, p. 23.
3. Tiburi, *Op. cit.*, p. 25.
4. Tiburi, *Op. cit.*, p. 32.
5. Tiburi, *Op. cit.*, p. 35.
6. Idem.
7. DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Maléstar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil em muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
8. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Feuerbach e História". In: _____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
9. Tiburi, *Op. cit.*, p. 37.
10. Tiburi, *Op. cit.*, p. 38.
11. Idem.
12. Apesar de não tratar diretamente do tema do fascismo, Lacan me parece ser um importante autor para pensarmos sobre a teoria do afeto. Cf.: LACAN, J. (2003). "Lituraterra". In LACAN, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971), p. 24.
13. Tiburi, *Op. cit.*, p. 53.
14. Tiburi, *Op. cit.*, p. 101.
15. Tiburi, *Op. cit.*, p. 123.
16. Tiburi, *Op. cit.*, p. 133.
17. Tiburi, *Op. cit.*, p. 127-128.

18. Idem.

19. Tiburi, *Op. cit.*, p. 166.